



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Os impactos das políticas ambíguas e a insegurança ontológica dos sujeitos coletivos no sertão de Itaparica: reflexões sobre os megaempreendimentos e a sociedade de risco

Autoria: Luan Henrique da Silva Arruda

Ainda que a Constituição de 88 tenha representado significativas mudanças em relação ao reconhecimento de direitos aos sujeitos coletivos, principalmente para os povos e comunidades tradicionais, a relação entre políticas públicas consorciadas com agentes do capital privado vem trazendo consequências maléficas para tais sujeitos, respaldado no argumento desenvolvimento sustentável, (ZHOURI, 2005). Foi percebido que o Sertão pernambucano, especialmente o Sertão de Itaparica, uma microrregião composta por sete municípios (Belém de São Francisco; Carnaubeira da Penha; Floresta; Itacuruba; Jatobá; Petrolândia; Tacaratu) e com população estimada de 134.212, IBGE (2010) vem sofrendo com o assédio e a construção de obras de grandes portes, como a usina hidroelétrica de Itaparica, transposição do rio São Francisco, Ferrovia Transnordestina. Outro exemplo pode ser observado no Plano Nacional de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, que pretende até 2030 construir duas usinas nucleares no Nordeste, uma delas na cidade de Itacuruba. Deste modo, este projeto pretende compreender os impactos dessas obras sobre os grupos étnicos do sertão de Itaparica, que vão desde reassentamentos e deslocamentos territoriais até emergência e intensificação de conflitos interétnicos. São foco desta pesquisa os grupos étnicos do sertão de Itaparica, que se articulam para garantir a legitimidade e a visibilidade dos seus direitos; alguns deles são os indígenas Atikum, Pankararu de Entre Serras, Pankararu, Pankaiuká, Pankará da Serra do Arapuá, Pankará de Itacuruba e Pipipã; E os grupos quilombolas Negros do Gilu, Poço dos Cavalos, Ingazeira e Borda do Lago, que, impactados, podem ser colocados numa posição de sociedade de risco (TADDEI, 2016), ou seja, são impactados pela inovação tecnológica e ambição modernizante que, por constituírem criam riscos inéditos, não somos capazes de mensurar.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

